

Práticas de educação musical significativas e territorializadas: a extensão como caminho

Comunicação

Décio Pereira Silva Júnior

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, campus Senhor do Bonfim
deciojr82@gmail.com*

Resumo: Este artigo objetiva discorrer de modo teórico sobre o lugar da prática musical nos programas de extensão das Instituições de Ensino Superior (IES) e suas características interculturais. Seus objetivos específicos foram: a) Investigar a concepção de extensão a partir documentos, leis e diretrizes da educação brasileira; b) Analisar as propostas de extensão oferecidos pelas IES na área de Música, concepções e metodologias utilizadas; c) Articular as experiências práticas com aportes teóricos no campo da aprendizagem musical. Assim, este artigo configura um esforço teórico a partir de uma revisão de literatura sobre os projetos de música nos programas de extensão das Instituições de Ensino Superior do Brasil, reunindo referências relevantes para o debate acerca da construção de práticas de educação musical significativas e territorializadas. Além disso, os esforços recentes para a curricularização da extensão nas IES, demonstram a necessidade de pesquisa futuras e de diversificação de desenhos metodológicos para abordar a temática em sua complexidade.

Palavras-chave: extensão; educação musical; territórios.

Introdução

O acesso ao conhecimento artístico é direito de todas e todos numa perspectiva ampla, a partir de uma educação musical democrática e que estimule as potencialidades dos/as estudantes envolvidos/as no processo de aprendizagem. Observa-se o grande potencial para o campo de atuação prática e desenvolvimento de estudos musicais que contribuam com a oferta de formação musical às comunidades, para além dos muros das escolas, universidades e institutos. A extensão pode ser um caminho de produção intercultural e coparticipativa para o desenvolvimento de processos formativos, conhecimentos de qualidade e uma formação musical significativa e territorializada.

Koopman (2007), discute o potencial da música comunitária nos processos de educação musical. A partir de conceitos inovadores de aprendizagem musical ativa, questiona os processos de ensino tradicionais, o lugar de autoridade do docente e as relações de poder nos cenários da música comunitária. Transpondo essa ideia para o ensino musical coletivo, no contexto dos projetos de extensão, entende-se que o intuito desse tipo de atividade musical é justamente a construção de saberes resultantes da troca de informações entre os/as envolvidos/as sobre questões musicais, além de temas transversais que permeiam a aula em conjunto (TOURINHO, 2007, p. 2). O professor passa a atuar como um facilitador do processo, lançando desafios a partir do repertório construído coletivamente, mas também orientando os estudantes a encontrarem seus caminhos de aprendizagem.

No livro de Eliezer Pacheco de 2011: *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*, o autor realiza um estudo analítico sobre o alcance das ações da extensão na sociedade. Destacam-se as peculiaridades do desenvolvimento regional e local com a presença dos institutos nos grandes centros urbanos e zonas rurais dos estados do Brasil.

Segundo esse autor, essas instituições reúnem características específicas em seu trabalho coletivo, envolvendo a diversidade cultural, valorizando princípios de uma educação em harmonia com preceitos humanos, tendo a extensão como o lugar da arte e da cultura.

Neste mesmo livro, aborda-se também uma função importante dos Institutos Federais (IFs) no que se refere ao desenvolvimento local e regional apontando uma direção, um “caminho que passa necessariamente por uma educação que possibilite ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade” (PACHECO, 2011, p. 21). A extensão entra nesse percurso, apresenta as características imprescindíveis para expansão das instituições sobre a mesorregião atendida, ampliando o alcance dos institutos com suas ações beneficiando a sociedade.

Este artigo busca produzir uma discussão teórica, a partir de uma revisão de literatura sobre a educação no contexto da extensão, como forma de aprofundar processos coletivos de construção de novos caminhos para o ensino e aprendizagem musical. As experiências desenvolvidas nas Instituições de Ensino Superior serão o foco das discussões, devido ao

autor ser professor de um Instituto Federal no estado da Bahia, possibilitando o encontro da produção científica com o olhar prático do cotidiano das práticas musicais extensionistas.

Levantamento bibliográfico

Foi realizada uma breve revisão de literatura no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a partir das palavras-chave: “educação musical” e “extensão”. Buscou-se artigos, dissertações e teses que contribuíssem para compreensão de como vem sendo realizados projetos e ações extensionistas através da música. A revisão de literatura articulada com o objetivo, é capaz de produzir um levantamento da produção científica disponível na área, com o intuito de organizar um mapa teórico e conceitual baseado na história acadêmica a nível nacional e internacional sobre o tema (GIL, 2002, p. 44).

Porém, anteriormente à busca pela produção acadêmica sobre a temática, foram organizados documentos, leis e diretrizes políticas que regulamentam as práticas de extensão nas Instituições de Ensino Superior. Visitar estes documentos foi de fundamental importância para compreensão do significado do fazer extensionista.

Leis e diretrizes para o fazer extensionista

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394 de 20 de dezembro de 1996, traz em seu capítulo III, art. 39, parágrafo 2º, inciso I, a citação à formação inicial e continuada ou qualificação profissional e determina que as instituições de ensino superior, “promovam a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”, (BRASIL, 1996).

A Resolução nº 7 do Ministério da Educação, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece diretrizes para extensão na educação superior brasileira, em seu artigo 5º, concebe como conceito para extensão “a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade através da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social” (BRASIL, 2018, p. 01). Os saberes do corpo social que vive afastado das universidades e institutos podem contribuir

significativamente para a construção de conhecimentos, que vão beneficiar a comunidade envolvida nos processos pedagógicos. O incentivo à idealização de propostas extensionistas que visualizem um compromisso social voltados para valorização da cultura, saúde, produção, meio ambiente, entre outros temas relevantes, estruturam um caminho viável para ações pedagógicas das instituições de nível médio, técnico e superior.

A Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica, instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, já afirmava que uma das suas finalidades é desenvolver programas de extensão. Segundo Arruda, M. F. V. de, et al (2018), o ensino de música na extensão tecnológica e universitária vem construindo caminhos para satisfazer às necessidades educacionais das comunidades atendidas por esses projetos no seu fazer artístico, em uma perspectiva humanizadora.

Diante dessa realidade, as instituições públicas de ensino devem buscar uma aproximação das comunidades em seu entorno, especialmente, para discutir e refletir sobre ações pedagógicas musicais relevantes para um aprendizado musical significativo. Estar atento a realidade local e construir parcerias comunitárias favorece também a vinculação e o pertencimento dos estudantes, a medida em que reconhecem sua instituição de ensino como parte do seu território e da sua identidade. (NUNES, 2018, p. 6).

A música na extensão

Em sua tese defendida em 2019, a Prof.^a Dr.(a) Maira Ana Kandler, discute as diversas formas de inserção da música no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), destacando sua importância no cenário da educação musical no país. Sua base teórica foi pensada a partir dos princípios da Educação Profissional e Tecnológica, música como trabalho e música como prática. A pesquisa constituiu-se como um estudo de caso instrumental no IFSC Florianópolis, a partir dos seguintes instrumentos de coleta: análise documental, entrevista semiestruturada e observações. Sobre os resultados alcançados, observou-se a criação de um caminho pedagógico para institucionalização do ensino de música com um projeto de extensão na modalidade FIC (Formação Inicial e Continuada). Foi criado um curso básico de instrumentos de orquestra com qualificação profissional em nível inicial. Nesse estudo,

observa-se que, desde o início da instituição, a música se fazia presente nos componentes curriculares contribuindo para a formação dos estudantes.

Em concordância com os resultados da investigação de Kandler (2019), no IF Baiano, criado em 2008, o processo de institucionalização do ensino musical está ocorrendo de forma progressiva e esse trabalho teve seu início com projetos de extensão também no formato de curso de Formação Inicial Continuada (FIC) em 2018. Atualmente o componente curricular música está inserido nos cursos de ensino médio integrado em diversos campi do instituto. Mesmo assim, a legitimação do ensino de música nesses locais carece de um debate com os professores, gestores e a comunidade em geral. Esse espaço conquistado precisa ser reconhecido e valorizado dentro de uma proposta de formação cidadã e que seja possível o aprofundamento dos estudos musicais em outros níveis de ensino.

Tem-se também como referência as experiências realizadas no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), campus Duque de Caxias. Este relato, traz uma visão particular sobre a necessidade de formação musical da comunidade da cidade, tendo em vista a falta de oportunidades oferecidas na área para esse público. Os desdobramentos desse trabalho têm como objetivo a criação de mais grupos musicais para atuarem no campus e em eventos culturais da cidade, beneficiando a comunidade interna e externa do instituto. Com esse intuito, tem-se pensado em construir um livro de transcrições dos arranjos elaborados pelos grupos musicais, além de ampliar o projeto para o formato FIC, buscando preparar os estudantes para atuarem profissionalmente na área da música (ABREU JÚNIOR, 2016).

Ferreira (2017) apresenta em sua tese questões norteadoras que balizaram sua pesquisa, a primeira tematiza a inserção da educação musical na estrutura curricular dos cursos básicos do Instituto Federal da Bahia (IFBA), e a segunda aborda uma comparação entre os resultados da formação musical no campus Vitória da Conquista e os demais campi deste instituto. No IFBA foram desenvolvidas diversas ações de extensão em música através do Núcleo de Arte e Cultura (NACs) envolvendo projetos de cultura popular e aprendizado de instrumentos musicais.

Na Universidade Federal da Bahia (UFBA) encontra-se Atividade Curricular em Comunidade e em Sociedade que através da Escola de Música desenvolve-se os projetos Diálogos Com Práticas Culturais Soteropolitanas, Música no Capão, Música, sociedade e

educação: uma perspectiva de ação integrada na comunidade do Alto das Pombas, bairro de Salvador. Essas ações refletem as possibilidades e alcance dos projetos de extensão em música desenvolvidos por essas instituições demonstrando a diversidade e o comprometimento com o ensino musical significativo e intercultural (SOUZA, 2014).

Em 2020, uma nova realidade para o trabalho com a educação foi imposta à sociedade, gerando dúvidas, receios e descoberta de novas possibilidades. Com a pandemia da Covid-19, durante o tempo de isolamento social, foram desenvolvidas diversas ações na área da educação musical, inclusive em programas de extensão. Na Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (Uergs) foram elaborados quatro projetos de extensão no formato remoto e utilizando plataformas virtuais como o google meet e youtube. Essas ações se intitulam Projeto Apreciando Música Remotamente, Projeto Vivências Musicais para Bebês e Famílias, Projeto Educação Musical e Transversalidades e tinham como objetivo proporcionar à comunidade externa vivências musicais em tempos pandêmicos. Foram promovidos também encontros síncronos e assíncronos com temas referentes a cada proposta de curso atingindo o mais variado público devido ao grande alcance da internet, (CHASSOT; WOLFFENBÜTTEL; MELLO, 2021, p. 2).

As plataformas de videoconferências e as redes sociais foram as ferramentas tecnológicas mais utilizadas pelas instituições de ensino com o intuito de manter em funcionamento as atividades de ensino, pesquisa e extensão durante a pandemia. A garantia do acesso à rede para todos(as) estudantes é um desafio ainda a ser vencido, pois muitos não têm condições financeiras para adquirir um celular ou um computador para acompanhar as aulas remotamente. A realidade social das pessoas que moram afastadas dos grandes centros e residem nas zonas rurais, comunidades quilombolas e indígenas, refletem a necessidade urgente de uma reestruturação das políticas públicas com ações afirmativas que atendam às demandas sociais dessas regiões (QUEIROZ, 2012, p. 38). Essas reflexões fazem parte do fazer pedagógico contemporâneo e a busca pela formação continuada de professores(as) nessa perspectiva se faz necessário.

Bernabé e Andreu (2017) nos alertam da importância da formação de professores para utilização desses recursos em sala de aula virtual plural. No ensino de música, o ambiente virtual tornou-se mais um espaço a ser explorado pelos professores que atuam em

diversos contextos, inclusive na extensão, de forma a garantir uma educação musical consciente e com perspectivas significativas. Numa sociedade que vive a construção de conhecimento a partir das tecnologias digitais, onde a educação musical está inserida e ainda não consegue diminuir as desigualdades sociais a fim de que todos(as) possam ter acesso à rede. Essa realidade brasileira nos mantém ainda distantes de uma sociedade justa e respeitosa, pois esse conhecimento tecnológico deveria servir ao bem comum, (BERNABÉ; ANDREU, 2017, p. 52).

Discussão

O aprofundamento das questões sobre o ensino de música recaem na busca constante de tornar o ensino musical mais significativo para os envolvidos no processo. De acordo com Bispo (2012), a linguagem musical por não ser homogênea, traz na sua essência uma diversidade cultural que deve ser respeitada e valorizada a partir de princípios éticos. O profissional de música que se utiliza dessa premissa poderá desenvolver um caminho pedagógico-musical alternativo aos métodos convencionais de ensino no contexto da extensão, com um repertório amplo, abrangendo diversos estilos musicais nacionais e internacionais, construindo-o coletivamente, de modo que os educandos possam ter a oportunidade de vivenciar as diferentes formas de expressão musical.

No caminho da extensão, tem-se observado nas práticas musicais contemporâneas, a valorização e o estímulo a expressão dos saberes prévios dos estudantes para construção de novos conhecimentos a partir da experimentação de variadas atividades musicais. Segundo Candusso (2009), os saberes acumulados ao longo da vida dos estudantes podem contribuir para uma formação musical significativa e o florescimento do sentimento de pertença. Esse reconhecimento se faz através da perspectiva de uma educação musical intercultural, que valorize o encontro de ideias opostas num ambiente dialógico. O objetivo de fomentar uma educação que é atualmente entendida “como um elemento fundamental na construção de sistemas educativos e sociedades que se comprometem com a construção democrática, a equidade e o reconhecimento dos diferentes grupos socioculturais que os integram” (CANDAU, 2012, *apud*, QUEIROZ, 2017, p. 104).

Bowman (2007), em seus trabalhos, enfatiza a necessidade de que a educação musical seja um fato social e como tal precisa estar conectada às questões de justiça social. Um mundo próspero em que o envolvimento musical possa gerar essa reflexão e conseqüentemente, uma transformação interna, são preocupações atuais que os educadores musicais, devem abordar em seus planejamentos pedagógicos. O autor reforça seu argumento, trazendo a perspectiva da música e educação como práticas humanas e como tal, consideram questões éticas, étnicas, raciais, de gênero e religiosa como inerentes ao trabalho com educação musical. Candusso (2017) reforça essa ideia, alertando sobre a importância da implantação das leis 10.639/03 e 11.645/08 nas instituições de ensino e que tratam do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Neste contexto, observa-se que a valorização e o estímulo a essas histórias culturais individuais dentro de um grupo, acontece também nas práticas musicais coletivas. Segundo Dantas (2017):

O ensino coletivo de instrumento musical tem sido o caminho que muitos outros espaços de educação musical têm buscado para promover a inclusão musical, ao mesmo tempo em que fomentam um diálogo com o contexto sociocultural nos quais estão inseridos e com tradições culturais populares. (DANTAS, 2017, *apud*, DANTAS; SANTIAGO, 2017, p. 122)

Dessa forma, propostas musicopedagógicas (NUNES, 2018) desenvolvidas em projetos de extensão com o viés de aprendizagem coletiva, favorecem a criação de caminhos e possibilidades que possam articular as vivências dos envolvidos no processo aos conhecimentos musicais teóricos (BARBOSA, 2004, p. 4). Ressalta-se que esse cenário corrobora com a perspectiva extensionista atual, que valida os saberes da comunidade e os trazem para dentro da academia. Esse diálogo promove a disseminação, a socialização e a democratização do conhecimento (CONIF, 2013, p. 13).

Considerações Finais

A partir da discussão da música nos caminhos da prática extensionista e levando em consideração as mudanças e tecnologias impostas ao campo da educação hoje, algumas questões se colocam: quais as melhores práticas para um ensino de música conectado com

as realidades comunitárias? Como produzir um ensino de música que seja emancipatório, que considere os saberes populares tão importantes no processo de ensino aprendizagem quanto conhecimento produzido na academia? Como incluir aspectos regionais e culturais na educação musical de modo a realizar projetos de extensão que sejam significativos para os territórios?

Diante dessa realidade, as instituições públicas de ensino devem estar atentas à demanda das comunidades, especialmente, para discutir e refletir sobre ações pedagógicas relevantes para um aprendizado musical presencial e não presencial significativo. Os interesses dos estudantes vêm se transformando ao longo do tempo, bem como sua forma de agir e pensar conforme as modificações culturais da sociedade (NUNES, 2018, p. 6).

Sugere-se que os estudos futuros no campo da educação musical através da extensão possam utilizar-se de metodologias participativas e etnográficas, para capturar as produções de significados e as relações subjetivas entre os atores envolvidos. O texto de Liora Bresler (2006) manifesta uma transição de realidades objetivas para realidades construídas, as quais sustentam que a realidade que não é determinista, mas edificada a partir da perspectiva do contexto. Essas abordagens de pesquisa citadas pela autora, trazem preocupações importantes para o conhecimento em educação musical, que buscam responder justamente às questões levantadas no presente artigo.

Assim, este artigo buscou reunir referências que pudessem contribuir para o debate de questões relevantes acerca da construção de práticas de educação musical significativas e territorializadas. Além disso, os esforços recentes para a curricularização da extensão nas Instituições de ensino superior (BRASIL, 2014), apontam para um campo frutífero de pesquisa. Desse modo, pretende-se a ampliação deste artigo teórico a partir de um projeto de doutorado em educação musical que será desenvolvido pelo autor.

Referências

ABREU JUNIOR, Jupter Martins. Atividades de extensão no IFRJ – Campus Duque de Caxias: a música em pauta. **Interagir**: pensando a extensão, Rio de Janeiro, n. 21, p. 93-101, jan./jun. 2016.

ARROYO, Margarete; BECHARA, Silvia Regina C. C.; PAARMANN, Heraldo. Educação musical, jovens e pesquisa na internet: compartilhando procedimentos metodológicos. **Opus**, v. 23, p. 67, 2017. Disponível em:. Acesso em: 06 dez 2021.

ARRUDA, M. F. V. de; GONÇALVES Junior, L.; COSTA, B. F. da. Educação musical humanizadora em um projeto de extensão: desvelando processos educativos. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, 9(3), 165-172, 2018. <https://doi.org/10.24317/2358-0399.2018v9i3.7747>

BARBOSA, Joel. **Da Capo**: Método Elementar para o Ensino Coletivo e/ou Instrumentos de Banda. Jundiaí, SP: Keyboard Editora Musical, 2004.

BERNABÉ, Mariadel Mar; ANDREU, Roberto Cremades. Sociedad del conocimiento, capital intelectual y educación musical en siglo XXI. **Revista Electrónica Complutense de Investigación en Educación Musical - RECIÉN**, v. 14, p. 47–59, 2017. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/RECI/article/view/53380/52005>. Acesso em: 7 dez. 2021.

BISPO, A. A Educação Musical a serviço da ética. In: NUNES, H. de S. (Org.). **EAD na Formação de Professores de Música**: Fundamentos e Prospecções. 1. ed. Tubarão/SC: Gráfica e Editora Copiart Ltda, p. 27-31, 2012.

BOWMAN, Wayne. Who is the “We”? Rethinking professionalism in music education. **Action, Criticism and Theory for Music Education**. v. 6, n. 4, p. 109-131, dez. 2007. Disponível em: [Who is the “We”? Rethinking Professionalism in Music Education](#). Acesso em: 06 dez 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDBEM no. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm >. Acesso em: 26 fev. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 11.892/08 de 29 de dezembro de 2008**. Diário Oficial da União, Edição de 30/12/2008. Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Estabelece o Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 27/09/2023.



BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces0018&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRESLER, Liora. Ethnography, phenomenology and action research in music education. *Visions of Research in Music Education*, Princeton, v. 8, n. 1, 2006. Disponível em: http://www-usr.rider.edu/~vrme/v8n1/vision/Bresler_Article___VRME.pdf. Acesso em: 06 dez. 2022.

CANDUSSO, Flavia. Capoeira Angola, educação musical e valores civilizatórios afro-brasileiros. 2009. 244 F. Tese (Doutorado) – Escola de Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19206/1/Flavia%20Tese%20versa%cc%83o%20efinitiva.pdf>. Acesso em: 18/08/2020.

CANDUSSO, Flavia. As Leis 10.639/03 e 11.645/08, os estudantes do Curso de Licenciatura e os professores de música da rede: reflexões preliminares. **Anais**. XI Conferência Regional Latino-Americana de Educação Musical da ISME. Educação musical latino-americana: tecendo identidades e fortalecendo interações. Natal, 08 a 11 de agosto de 2017.

COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista; SAMPIERI, Roberto Hernandez. **Metodologia de Pesquisa**. Porto Alegre: Penso - Artmed, 2013.

Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CONIF). Extensão Tecnológica: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cuiabá (MT): CO-NIF/IFMT, 2013.

CHASSOT, Djeniffer Heinzmann; WOLFFENBUTTEL, Cristina Rolim; MELLO, Alessandra. Programa de extensão “educação musical: música, educação e entrelaçamentos”. **Anais...27º Seminário Nacional de Arte e Educação**. Montenegro: Editora da FUNDARTE, p.01-06, 2021. Disponível em: <http://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/Anaissem/issue/current> em 30 de novembro de 2021.

DANTAS, T.; SANTIAGO, D. (Orgs.). **Ensino coletivo de instrumentos musicais**: contribuições da pesquisa científica. Série Paralaxe n. 3. Salvador: Edufba, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33495>

FERREIRA, Marcos de Souza. Ensino de Música no Instituto Federal da Bahia: paradigmas e paradoxos. 2017. 229 f. Tese (Doutorado em Música) – Programa de Pós-Graduação em Música, Escola de Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. Atlas, São Paulo, 2002.

KANDLER, Maira Ana. Música na educação profissional e tecnológica: um estudo de caso no Instituto Federal de Santa Catarina campus Florianópolis. Tese (Doutorado em Educação Musical). Programa de Pós-graduação em Música do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

KOOPMAN, C. Community music as music education: on the educational potential of community music. **International Journal of Music Education**, v.25. n.2, p. 151- 163. 2007. Disponível em:< <http://ijm.sagepub.com/cgi/content/abstract/25/2/151> >. Acesso em 26/03/2022.

NUNES, H. S. Qual o papel da e-Learning no Futuro da Pós-Graduação em Música brasileira? Mesa-redonda: Refletindo sobre a Pós-Graduação em Música no Brasil. **Anais do XXVIII Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música – Manaus –2018**. Disponível em: <https://www.anppom.com.br/congressos/index.php/28anppom/manaus2018/paper/viewFile/5558/2046> Acesso em: 25/03/2022.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais. Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo, Fundação Santillana/Moderna, 2011.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Formação intercultural em música: perspectivas para uma pedagogia do conflito e a erradicação de epistemicídios musicais. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande, MS, v. 23, n. 45, p. 99-124, 2017. Disponível em: . Acesso em: Acesso em: 07 dez 2021.

QUEIROZ, L.R.S. A educação musical no Brasil do século XXI: articulações do ensino de música com as políticas brasileiras de avaliação educacional. **Revista da ABEM**, Londrina, v.20, n. 28, p. 35-46, 2012. Disponível em: <http://www.abemeduacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/102> Acesso: 18/08/2020.

SOUZA, Gezilda Borges de. Extensão universitária em campo: possibilidades para a formação dos estudantes. 88 p. il. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

TOURINHO, C. Ensino Coletivo de Instrumentos Musicais: crenças, mitos, princípios e um pouco de história. Anais do XVI Encontro Nacional da ABEM e do Congresso Regional da ISME, América Latina. Salvador, 2007.